



Água enquanto direito: uma denúncia da assentada da Comunidade Roseli Nunes (DF)

Water as a right: a complaint from the settler of the Roseli Nunes Community (DF)

SANTOS, Lindaura¹; SOUZA, Wanderley²; SOUZA, Yan³; DINIZ, Janaína⁴

¹Agricultura na Comunidade Roseli Nunes, Planaltina-DF, lindalamedrado@gmail.com ; ²Graduando em Gestão do Agronegócio, Universidade de Brasília (UnB), wanderleyapsouza@gmail.com;

³Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB), yandutras@gmail.com;

⁴Professora na Universidade de Brasília (UnB), janadiniz@unb.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA POPULAR

Eixo Temático: Crise ecológica e mudança climática: resistências e impactos na agricultura, nas águas e nos bens comuns

Apresentação e Contextualização da experiência

A disponibilidade de água é intrínseca, indispensável e determinante para o sucesso da produção agrícola, da atividade e resiliência humana e animal no ambiente. O Distrito Federal tem características climáticas que potencializam as dificuldades e desafios na produção agrícola, sendo os meses de outubro a março caracterizados como o período das águas e abril a setembro o período de estiagem/seca. Na Comunidade Roseli Nunes (Planaltina-DF), a realidade encontrada e vivenciada reflete uma sazonalidade bruta na disponibilidade de água, haja vista que não há fornecimento de água tratada/encanada, fator que provoca o desabastecimento a partir da perda do volume dos poucos tanques que alocam a água captada do período chuvoso. Esse conjunto de fatores muito problematizam e dificultam a vida e o modo de produção dos assentados. Desta forma, o presente trabalho consiste numa denúncia feita pela produtora e assentada Lindaura Medrado dos Santos, sobre a disponibilidade de água no assentamento Roseli Nunes e os complicadores para sua atividade agrícola e necessidades cotidianas.

Desenvolvimento da experiência

As atividades nas disciplinas de “Transporte e logística agroindustrial” e “Canais de Distribuição de Alimentos”, no 6º semestre do Curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UNB Planaltina – FUP, campus da Universidade de Brasília (UnB), cursadas no período de julho a outubro de 2022, permitiram a introdução da perspectiva socioambiental em nossos estudos com a assentada Lindaura Medrado dos Santos, residente no Assentamento Roseli Nunes, localizado na zona rural de Planaltina no Distrito Federal, localização geográfica -15.579948934009558, -47.50794220196467.

Lindaura é produtora de alimentos orgânicos e agroecológicos que são comercializados em Brasília-DF, enxergando, portanto, na sua realidade, relação paradoxal quando se trata de recursos disponíveis para a realização de suas atividades agrícolas de forma sustentável. Sabendo que a água é elemento



essencial para toda atividade humana, a experiência permitiu um olhar mais abrangente sobre

o impacto social que a precariedade de acesso às políticas públicas de saneamento básico e de reforma agrária em nosso país, aliadas e/ou condensadas com a exaustão dos recursos naturais, provocam um desarranjo no desenvolvimento real da sociedade para que se promova a equidade de acesso “comum” aos recursos e a promoção da sustentabilidade real nos sistemas de produção.

Desafios

Para que a manutenção dos trabalhadores rurais assentados seja assegurada, e o combate à insegurança alimentar e pobreza no campo sejam combatidas, se fazem necessárias ações para regularizar e oportunizar políticas públicas de saneamento básico, programas de fomento à agricultura familiar e ações conjuntas da administração local e federal na perspectiva de promover a infraestrutura básica necessária, para uma potencial mudança de paradigma na forma como o trabalhador rural assentado está exposto na sua relação com a terra, recursos disponíveis e principalmente a disponibilidade de água em busca de seu sustento. Desta forma as dificuldades apresentadas agem como catalisadores do êxodo rural, onde em busca de melhores condições de infraestrutura, recorrem a cidade como “solução” para os seus problemas.



Figura 1 - Reservatório de água (período de estiagem, utilizado para irrigação)

Fonte: Lindaura Santos

Lindaura comenta que os anseios, precisam chegar às autoridades para haver uma mudança, para que as autoridades tomem conhecimento da realidade enfrentada pelos assentados (figura 1). O Estado tem plena consciência da destinação e localização do assentamento, pois foi este mesmo quem identificou e realizou seu desenho e estipulou suas “parcelas”. No que se refere a sua atuação com



mecanismos de assistência técnica e social, o Estado, se mostra ineficiente nesse ponto com os produtores e moradores do assentamento Roseli Nunes.

A complexidade ou deformidade no que tange o acesso ao bem comum, coletivo, fundamental para a sobrevivência de comunidades e que devem ser geridos de forma a atender a coletividade e de forma sustentável, para a preservação das gerações futuras. Isto posto, a relação que se dá entre as outorgas mencionadas anteriormente, no curso do rio Pípiripau, e ilustrada através da plataforma Geoportal do governo do Distrito Federal (figura 3). No ponto mais acima, uma propriedade se utiliza de pivô para irrigação e está praticamente dentro do rio, enquanto a Comunidade Roseli Nunes, que está a 7 km de distância dessa propriedade e circundada pelo rio Pípiripau, ainda não pode ter acesso a água, pois esta bacia não possui capacidade de atendimento, configurando uma situação paradoxal.



Figura 2 - Distância entre área irrigada com pivô central e o rio Pípiripau¹; distância entre a área irrigada por pivô² e assentamento Roseli Nunes; distância do assentamento Roseli Nunes e o rio Pípiripau

Fonte: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/> editado pelos autores

Tais indagações são validadas e reforçadas com a experiência vivida na comunidade Roseli Nunes, expõe-se a situação destes produtores assentados que, dia após dia lidam com o desafio de produzir de forma sustentável, bem como obter água de qualidade para o seu consumo, afetando diretamente em sua saúde e potencial econômico (figura 3), ter que se deslocar para a cidade para consumir água potável, além da necessidade de ter uma moradia na cidade durante sete meses do ano entre a abril/setembro, período de estiagem/seca por não confiarem na água do assentamento para consumo neste período. Consequentemente, os presentes desafios se encontram sem soluções e ainda não superados.



Conclusões

Uma infinidade de questões pode ser levantada e relatada para a resolução da situação crítica vivida no assentamento. A implantação de sistemas agroflorestais, por exemplo, apresenta-se como opção dispendiosa, pois não temos o elemento essencial nem a chave para o desencadear e desentrelaçar o óbvio para uma comunidade à margem, se estabelecer dignamente, para roçar, preparar o solo, plantar, IRRIGAR. Para que o sustento venha, é necessário compreender o sistema que rege ou estabelece como e quando se pode ter acesso ao bem comum. Estranho e injusto, não?

Para ilustrar (figura 2), temos dois atores distintos e opostos, situados na mesma região, que são tratados pelo Estado de forma diferenciada: de um lado, concessões e outorgas de uso de 30 anos de pivô central para irrigação em área de 20 hectares, sem compensação ambiental ou florestal, apenas a implantação de uma “floresta própria de Eucalipto”, o que por si só ao longo do tempo representará uma fonte de renda para este imóvel; e, do outro lado, famílias que têm no máximo 4 hectares, ainda sem a devida documentação de “sua” parcela, com suas outorgas para o uso dos recursos superficiais de água, negadas por falta de recursos hídricos, e mesmo assim os pequenos agricultores seguem tentando produzir e obter o sustento dessa terra (figura 3), enfrentando as dificuldades e tornando-se mais resilientes a cada dia.

Deste modo, os assentados também enfrentam o mesmo problema, e precisam de ações efetivas do Estado para a implementação de políticas públicas e fomento à pesquisa e extensão nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para buscar soluções viáveis e factíveis em curto prazo.



Figura 3 – Produção de hortaliças no assentamento Roseli Nunes
Fonte: Lindaura Santos